

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA

Folha Nacional

7 DE ABRIL DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 10ª EDIÇÃO | EDIÇÃO ONLINE

www.folhanacional.pt



TRAPALHADAS AÉREAS

TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS NO GOVERNO?

CHEGA A PONTA TEIA DE CUMPLICIDADES NO GOVERNO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DIZ NÃO SABER DE
TENTATIVA DE MUDANÇA DE VOO

DESGOVERNO TOTAL

ANDRÉ VENTURA
DENUNCIA CRIME DE
TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS



sumário



PSP condecora polícias heróis do ataque no Centro Ismaili

// pág. 06



Governo está a “comprar o caminho da contestação social”

// pág. 07



ASAE vai liderar monitorização dos preços

// pág. 10



Mais de 250 mil ainda não receberam prometido apoio de 125 euros

// pág. 11



Generosidade é a qualidade que predomina nas pessoas de direita, aponta estudo

// pág. 13



CHEGA isolado a pedir mais segurança e controlo sobre imigração

// pág. 14



Manuel Damas
Médico e Professor
Universitário

Carta de Londres

Há circunstâncias, porque intoleráveis, em que a população pode e deve demonstrar o seu descontentamento nas ruas. Manifestar-se. Chama-se Democracia.

Chama-se Liberdade.

Mas o Direito à Manifestação não pode ser sinónimo de vandalismo gratuito. Desordeiro.

Uma outra forma de terrorismo!

Chamo à colação a recente “manifestação”, em Lisboa, contra a Crise na Habitação...

Mas, principalmente, ao vandalismo praticado em consequência, atingindo estruturas de serviço público, como caixas multibanco, por exemplo. Que são de utilidade pública... para todos.

Eu sei da Crise na Habitação.

E consigo, até, reconhecer os perigos da especulação imobiliária. E sei da crise inflacionista. E sei do custo de vida.

E sei dos dois milhões de pobres, hoje, em Portugal.

E dos outros dois milhões em risco de pobreza. Mas...Jamais concordarei com o vandalismo gratuito, in consequente mas manipulado, supostamente em nome de uma “causa”. Acima de tudo...manipulado!

Nem todos os meios justificam ou podem justificar todos os fins!

Não aceito, por exemplo, que numa manifestação desta índole, sejam exibidos cartazes, na versão “pancarta”, da extrema esquerda radical, em que se lê...

“Morte aos senhorios”... Não aceito! Porque considero grotesco.

Acima de tudo, porque considero animalesco. Propositadamente descontrolado e sem limites. Propositadamente...repto, porque insisto.

A “Crise na Habitação”...não é de agora, nem é de hoje.

Tem vindo a evoluir e a progredir, sem controlo. Por inércia e por cumplicidade. E as Autarquias, na sua maioria, nada têm feito, absolutamente nada, para tentar diminuir ou fazer reverter o problema...

E a construção de habitação a custos controlados está parada.

E as centenas de milhares de edifícios públicos abandonados e disponíveis para serem reabilitados... continuam ao abandono...

Já para não referir as dezenas de “residências universitárias” prometidas à exaustão e jamais concretiza-

das. Mas, concretamente, o que fez o “Governo” da “geringonça” para tentar resolver o problema da Habitação ou, pelo menos, para o tentar atenuar? O que foi feito nos últimos sete anos?

Para além da caricata e recente criação do “Ministério da Habitação”... entregue à “moça das fotocópias”, desta forma alcandorada a “menistra”... Aliás, posso acrescentar...onde estiveram muitos, senão todos, os “profissionais da agit-prop”, nos últimos sete anos e que, agora, vieram para a rua partir tudo? Onde estiveram as espanholas, as italianas e as brasileiras que, hoje, vêm para a rua gritar...“Morte aos senhorios”? Onde estiveram os “colectivos”, ditos “grupos não formais”, como a “abolir jatos” ou o “colectivo mulheres negras escurecidas” ou a “rede afrolink” ou, até, as “recostureiras”...apenas para citar alguns dos exemplos...Onde estiveram???

O Governo, porque socialista, “acolitado” pelas “beatas dos directórios” partidários dos comunistas e da extrema-esquerda radical, acompanhados pelos ditos “colectivos”, mantinham-se em silêncio porque convinha “ordenhar as tetas do Poder”... “Agora não convém falar nisso”...segredava-se nos corredores do Poder socialista e afins. E a “ordem” espalhava-se, produzida pelo “ministério da propaganda”...

Mas os tempos mudaram...

Agora a “geringonça” estourou.

E o PC precisa de tentar recuperar na rua alguma da influência de outrora. Que a Festa do Avante não consegue alimentar. E o poder sindical se esvai de dia para dia.

E a extrema-esquerda radical, precisa de tentar recuperar as centenas de milhares de votos perdidos...e sabe que sobrevive mais e melhor e alastra, até, no conflito, na crise, no caos...acantonada e asfixiada que se encontra, à direita pelo PCP e à esquerda pelo “Livre” e afins, a que o PAN nem sempre está isento...

Continuo a defender o direito à manifestação na rua.

Até porque as ruas não podem continuar a ser e estar reféns das esquerdas. Mas as ditaduras, nas quais incluo a ditadura do “poder popular”, não podem continuar a conseguir manter reféns as gentes... pelo medo!



José Carvalho
Professor e Investigador
de História

As esquerdas e a construção de uma alternativa

O programa «Mais Habitação», apresentado pelo PS, num regresso ao PREC dos anos 70, exibido com toda a pompa e aclamado pela comunicação social, está morto e enterrado. O Governo e as suas esquerdas de estimação, ansiosas pela «reforma urbana», como já haviam defendido a «reforma agrária», há perto de cinquenta anos, já o perceberam.

As oposições à direita, essas, há muito que tinham dado o mote ao programa: CHUMBAR! E como estas «oposições», com vista a livrar Portugal e os portugueses do socialismo reinante, têm de se entender, na questão da habitação já há (mais) um ponto de convergência. Não é muito, para quem pretende ser alternativa, limitar-se a dizer o que «não quer». Mas é alguma coisa. Além disso, é um bom e auspicioso começo. Ao longo dos próximos meses, seguramente que haverá mais pontos em comum e nas mais variadas áreas, para a construção da verdadeira alternativa governativa nacional, nomeadamente na Saúde, Ensino, Economia, Justiça, Segurança Social, Segurança e Defesa, etc. Posto isto, e ainda a propósito do programa «Habitação», honra lhe seja feita, Cavaco Silva, um senador do regimen, foi, se quisermos, o responsável pela machadada final no projeto socialista. Sempre que Cavaco fala incomoda o PS e as esquerdas. É normal! O PS não está habituado a ser confrontado com a realidade e acha-se o dono-disto-tudo. Pior: considera-se dono do regimen. Além do mais, Cavaco fala com a autoridade de quem governou 10 anos, com duas maiorias absolutas, e colocou o País a crescer. Foi Presidente da República outros dez anos e viu Portugal empobrecer, miseravelmente, com a bancarrota da dupla Sócrates e Costa.

Cavaco não é perfeito, e seguramente que se lhe podem assacar erros, mas, em democracia, foi apenas nos seus governos que se assistiu a uma convergência com a Europa e a crescimento económico. Mas há mais. Pode-

mos associar aos seus governos obras emblemáticas como o Centro Cultural de Belém, as pontes de São João e do Freixo (Porto), a Expo'98, a Autoeuropa, a barragem do Alqueva, a Ponte Vasco da Gama, o crescimento da rede de autoestradas, os Planos de Erradicação de Barracas em Lisboa e no Porto, a defesa do ambiente e ordenamento do território, a construção de hospitais, centros de saúde, escolas e outros edifícios de bem público. Em suma, modernizou o País do pós-revolução e do descalabro das aventuras de esquerda, nomeadamente as bancarrotas dos Governos de Mário Soares.

Aqui chegados, apetece perguntar o que é que podemos associar, afinal, à também já longa governação de A. Costa. Até ver, temos de o associar aos Governos de A. Guterres e J. Sócrates. Costa esteve em ambos. No «seu» mandato, até ver, temos de associar as cativações, a estagnação, a degradação dos serviços públicos e a total ausência de sentido estratégico e casos de corrupção que ensombram os seus sete anos de PM. Pior: o mandato ainda não terminou.

Cavaco continua a irritar as esquerdas e o PS de modo particular. Passos Coelho está no mesmo nível de irritação. Contudo, até prova em contrário, parece que ambos, com os seus erros, as suas insuficiências e as suas imperfeições, fizeram o que puderam por Portugal e as suas intervenções, anos depois de abandonarem funções executivas, são ouvidas e respeitadas pelos Portugueses.

O PS, até ver, tem M. Soares, A. Guterres, J. Sócrates e A. Costa para mostrar. Não me parece que algum destes vença um concurso de seriedade e sentido patriótico de devoção à causa pública. Contudo, aguardemos pelos próximos tempos. Após as aventuras geringonceiras, a Política, em Portugal, parece que voltou a ter interesse. No meio disto tudo, concentremo-nos no essencial: o bem comum de Portugal e dos Portugueses.



Francisco Gomes
Consultor

Já chega de esquerda

A constatação mais evidente do que se tem vindo a passar no país nos últimos anos é de que nos falta o que Miguel Torga outrora definiu como “o romantismo cívico da agressão”. Efetivamente, acordamos indignados com a vida que temos, passamos grande parte do dia a protestar contra o estado lamentável em que o país está, vamos ao supermercado, ao café da zona e até à mercearia com a inegável frustração da miséria à qual os nossos governantes nos têm reduzido – mas não saímos disto. Nunca saímos disto! Somos uma sociedade pacífica de cobardes.

E não é que não tenhamos motivos para sermos diferentes.

Ao invés do que apregoam as tribos das ideologias da Esquerda, Portugal é um país com problemas estruturais gravíssimos, os quais têm sido agravados nos longos anos em que o Partido Socialista nos tem governado. Entre eles, três merecem lamentável e penoso destaque, nomeadamente os baixos rendimentos (somos o antepenúltimo país da Zona Euro no PIB per capita), a baixa produtividade (somos o antepenúltimo país da Zona Euro no PIB per caem produtividade por hora trabalhada) e a fraca competitividade (fruto da pesadíssima carga fiscal que nos tem vindo a ser exigida e aumentada pela voracidade asfíxiante dos socialistas).

A estes problemas estruturais, juntam-se outros, que vão desde a fraca Justiça, as redes de corrupção que gravitam em torno do poder e o endividamento externo a temas mais conjunturais, tais como a inflação galopante, a crise energética, o aumento da despesa fixa e a deterioração preocupante de quase todos os serviços públicos, com a Saúde e a Educação à cabeça.

A Saúde colapsa – mas o governo apresenta lucros extraordinários, resultantes da cobrança do IVA. Os professores estão na rua – mas as administrações dos bancos pagam, a si mesmas, prémios milionários. Os portugueses não conseguem comprar casa – mas os agentes imobiliários e os promotores com amigos em sítios importantes acumulam fortunas à custa de especulações. O pão falta em milhares de mesas – mas não há secretário que não tenha ‘rabos de palha’ ou ministro que não seja suspeito em um qualquer es-

quema de corrupção.

Para mudar estas políticas, precisamos de mudar de gente. Precisamos de gente séria, apoiada por gente séria. Gente que saiba o que é trabalhar. Gente que tenha feito mais na vida do que ocupar cargos. Gente que saiba explicar de forma transparente o que tinha e o que tem em termos de património e de rendimentos. Gente mais interessada em trabalhar do que em andar de exibicionismo em exibicionismo sem nada para mostrar além de desleixos intoleráveis e fundamentalismos corrosivos.

Muitos dirão que estamos a colher o que semeámos. Até certo ponto, têm razão. Pois, durante demasiado tempo, deixamo-nos ser enganados pelas ‘virtudes’ da Esquerda, que, da altivez do altar moral onde reza, tem pregado tal como Frei João. Essa Esquerda da pobreza, da injustiça, da desigualdade, da banca selvagem, dos DDTs e da corrupção, que teve sucesso apenas em converter Portugal numa Venezuela europeia.

Assim, cabe à Direita – à verdadeira, e não à das tibiezas, do conluio com o PS e do casamento com o PSD-Madeira – ter bandeiras e grandes causas. Aliás, é tamanha a empreitada que é necessário levar a cabo no país, que só a verdadeira Direita conseguirá resgatar para si o combate que é seu, nomeadamente o da coesão nacional, o da defesa do valor do trabalho, o do direito ao enriquecimento, o do combate ao pós-modernismo que destrói a nossa fibra identitária, o da responsabilidade fiscal, o da luta contra a corrupção e o da determinação em construir um futuro melhor para todos.

A nossa sociedade não pode continuar adormecida perante os tantos desafios que o presente nos coloca. Pelo contrário, precisamos de um sobressalto cívico, que nos traga um país forte, dinâmico e onde os poderes públicos são uma solução, e não a causa que aprofunda o estado de carência e de miséria no qual já tantos vivem. Os actos eleitorais que se aproximam constituem mais uma oportunidade para não desperdiçar o que só de nós depende e para, de uma vez por toda, exigirmos à Esquerda e a todos os que sustentam o presente estado de coisas que tenham vergonha na cara.

Já é tempo para isso!

TRAPALHADAS AÉREAS

TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS NO GOVERNO?

CHEGA APONTA TEIA DE CUMPLICIDADES NO GOVERNO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DIZ NÃO SABER DE TENTATIVA DE MUDANÇA DE VOO

por **Folha Nacional**

A comissão de inquérito à TAP ainda está no seu início, mas as declarações bombásticas da CEO que foi demitida pelo Governo, Christine Ourmières-Widener, e de Alexandra Reis, ex-administradora daquela companhia aérea, ouvidas na comissão, são já suficientes para 'pôr a nu' uma verdadeira teia de promiscuidade entre o Governo, o Partido Socialista e a administração da TAP.

Começamos pela audição da ainda CEO da TAP, Christine Ourmières-Widener, que disse ser "um mero bode expiatório" no caso da indemnização a Alexandra Reis e acusou o Governo de fazer um despedimento "ilegal e pela televisão", sem respeito por uma executiva sénior. "Eu fui demitida pela televisão, por dois ministros com um processo ilegal", acusou a gestora que confirmou que fez uma reunião convocada pelo ministro João Galamba e que envolvia o deputado do PS presente na comissão de inquérito, Carlos Pereira, na véspera de ir ao parlamento, em janeiro, de forma a ser instruída nas explicações que iria dar sobre a indemnização à ex-administradora Alexandra Reis. Christine Ourmières-Widener adiantou também que o secretário de Estado das Infra-estruturas à data, Hugo Mendes, a ajudou a redigir um esclarecimento pedido pelo ministério da Finanças e

pelo próprio ministério a que Hugo Mendes pertencia, de forma a dar esclarecimentos sobre a indemnização e que foi Pedro Nuno Santos a autorizar a mesma.

Fez também a declaração surpreendente que o mesmo Hugo Mendes lhe sugeriu que a TAP alterasse um voo comercial de Maputo porque o Presidente da República teria de voltar mais cedo. No e-mail enviado à CEO, Hugo Mendes escreveu que "ele é o nosso principal aliado, mas pode tornar-se no nosso principal pesadelo".

Christine Ourmières-Widener referiu que teve uma reunião com Fernando Medina na véspera do anúncio da sua demissão e em nenhum momento foi informada de que seria demitida com justa causa, apenas que a "situação estava complicada".

Já Alexandra Reis afirmou que teria renunciado aos cargos na TAP, sem contrapartida, se o ex-ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos, ou o ex-secretário de Estado, Hugo Mendes, lhe tivessem dito que preferiam que renunciasse.

Adiantou ainda não ter dúvidas que foi a vontade da CEO da TAP que levou à sua saída, embora tenha dúvidas quanto às razões, e que o então secretário de Estado do Tesouro, Miguel Cruz ficou "muito surpreendido".

"Entretanto li o relatório da IGF, onde li divergências irreconciliáveis, ouvi falar de organização, ouvi falar de perfil, por isso para mim não são claras as razões. O que



posso dizer é que, relativamente à minha atuação na empresa, sempre tive uma relação cordial e de trabalho com todos os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva", salientou. A ex-secretária de Estado disse não considerar "de todo verdade" que aquelas divergências tivessem que ver com o plano de reestruturação, sublinhando que participou na sua elaboração.

No entanto, admitiu ter expressado preocupações sobre a operacionalização de um aumento de 30% das receitas e que não acreditava que fosse possível voar a toda a capacidade inscrita no plano, revista em alta em dezembro de 2021.

"Tinha havido uma alteração ao plano de reestruturação que me deixava preocupada e que, por isso, eu de forma muito transparente e entendendo que eram aqueles os meus deveres e responsabilidades, naturalmente, levantei as minhas dúvidas e deixei claro que a empresa tinha de ter um mecanismo de flexibilidade e gestão de risco adequados", explicou.

Questionada sobre se a razão para Ourmières-Widener querer que deixasse a TAP se prendia com a rejeição de uma proposta comercial apresentada à TAP por uma empresa do marido da CEO, Alexandra Reis disse não ter "nenhuma evidência disso" e que o assunto nunca foi dis-

cutido com a presidente executiva. Alexandra Reis protagoniza a polémica que estalou no Natal, quando era secretária de Estado de Tesouro e o Correio da Manhã noticiou que tinha recebido uma indemnização de meio milhão de euros para sair da TAP, onde era administradora, dois anos antes do previsto. Depois de deixar a companhia aérea, em fevereiro de 2022, a ex-governante assumiu a presidência do Conselho de Administração da NAV Portugal -- Navegação Aérea, antes de ser nomeada pelo ministro das Finanças, Fernando Medina, para secretária de Estado.



André Ventura denuncia teia de tráfico de influências no Governo e no Partido Socialista

André Ventura fala numa “teia de tráfico de influências” do Governo e do Partido Socialista e pede consequências políticas. “Hoje podíamos estar a falar de um Presidente da República enredado numa teia de tráfico de influências absolutamente lamentável”, atirou.

O líder do CHEGA afirmou que pode estar em causa um “crime de tráfico de influências” no caso que diz respeito ao pedido de alteração de um voo do Presidente da República, feito pelo ex-secretário de Estado das Infraestruturas Hugo Mendes à TAP.

Numa reação à audição de Christine Ourmières-Widener na comissão parlamentar de inquérito, André Ventura começou por falar numa “teia de influência” e de “cumplicidades, referindo-se à “forma de trabalho do Governo e de membros do Governo”, que “está ou esteve a capturar o Estado nos últimos anos”.

Destacando alguns aspetos particularmente “preocupantes”, para os quais pede “consequências políticas”, o líder do CHEGA referiu-se diretamente ao caso que envolve um voo do Presidente da República de Maputo para Portugal.

“A tentativa de alteração de um voo do senhor Presidente da Re-

pública mostra bem a forma como o Governo e como o PS estão habituados a trabalhar, sem se preocupar com as pessoas que tinham voo marcado ou com as suas agendas. Houve um governante que procurou alterar uma data de voo, de forma unilateral, sendo depois bloqueado nessas intenções pela mesma CEO que foi exonerada pelo Governo”, afirmou.

“Vou dizer isto sabendo que certamente as autoridades já estão neste momento a fazer o seu papel. Tenho as maiores dúvidas de que não estejamos perante um crime de tráfico de influências ou outros”, considerou.

Para Ventura, cabe agora ao Ministério Público investigar. “Esse é um

papel que agora caberá ao Ministério Público e que não precisará de denúncia. Essa troca de mensagens, a tentativa abusiva de influenciar o funcionamento de uma companhia aérea, alterando um voo, apenas foi bloqueada pelo bom senso aparente da Presidência da República e da própria CEO”, disse. “Se este bom senso não tivesse imperado, hoje podíamos estar a falar de um Presidente da República enredado numa teia de tráfico de influências absolutamente lamentável e isto mostra bem como o Governo e o Partido Socialista têm lidado com negócios do Estado”, atirou. Outro caso preocupante para o presidente do CHEGA diz respeito

a uma reunião, mantida em 17 de janeiro, na véspera de Christine Ourmières-Widener ir ao parlamento prestar esclarecimentos sobre a demissão da ex-administradora Alexandra Reis, em que terão estado presentes deputados do PS, nomeadamente Carlos Pereira, e assessores e chefes de gabinete de membros do Governo.

“Mostra bem a falta de ética e a cumplicidade que existe nesta investigação. É evidente que o PS tentou dizer à CEO da TAP com o que iria ser confrontada e a forma como deveria responder. É evidente que não houve nenhuma ética, mas é evidente também que Carlos Pereira não tem nenhuma condições para continuar na comissão parlamentar de inquérito”, defendeu Ventura, que afirmou ainda que também Eurico Brilhante Dias, líder parlamentar do PS, e António Costa, primeiro-ministro, devem “explicações” sobre este assunto.

De realçar que a iniciativa da reunião em causa partiu, de acordo com a CEO, do gabinete do ministro das Infraestruturas, João Galamba. Questionado se acompanha o pedido de demissão do ministro das Infraestruturas, feito pela Iniciativa Liberal, o presidente do Chega respondeu que “tendencialmente sim”, mas ressaltou que é preciso “ouvir uma explicação dos governantes antes de fazer um pedido formal de demissão”.

“Se a resposta que o PS tiver para dar for a resposta que deu ontem à noite [terça-feira], de que foi apenas uma reunião de preparação, então sim, eu acho que ou há consequências políticas ou o país deixa de acreditar no que se passa aqui no parlamento”, defendeu.

A este propósito, o CHEGA pediu um parecer à Comissão da Transparência sobre a permanência do deputado socialista Carlos Pereira, coordenador do grupo parlamentar do PS na comissão parlamentar de inquérito à TAP, alegando eventual conflito de interesses.

Há “explicações que, quer Eurico Brilhante Dias, quer António Costa, têm o dever de dar ao país”, defendendo que o objetivo desta reunião era, “claramente, condicionar o depoimento” de Christine Ourmières-Widener no parlamento e que, por isso, o deputado socialista Carlos Pereira “não tem condições para continuar” a integrar esta comissão. Ventura apontou que a situação dos ministros das Infraestruturas, João Galamba, e das Finanças, Fernando Medina “já estava difícil e fica cada vez mais periclitante”.

“Isto tudo junto mostra bem ao que chegámos – a um Governo que quis capturar uma empresa e que é uma forma de atuar no Estado, que provavelmente terá consequências até de forma penal”, rematou.

*com Agência Lusa



© Folha Nacional

PSP vai condecorar polícias “heróis” que responderam ao ataque no Centro Ismaili

por Agência Lusa

O diretor nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP) disse que os dois primeiros polícias que responderam ao alerta para o ataque no Centro Ismaili, em Lisboa, vão ser condecorados, classificando-os como heróis. “Dois polícias chegaram-se à frente e serão devidamente condecorados, não pode ser de outra forma, logo que a poeira assente. Há um inquérito em curso. Tudo aponta para que sejam devidamente reconhecidos”, disse aos jornalistas Manuel Magina da Silva em Oeiras, Lisboa. “Efetivamente, o pior aconteceu e foi implementado por dois polícias, dois

heróis polícias, o protocolo do atacante ativo, ou seja, quem estiver mais próximo, mais rapidamente intervém e tenta anular a ameaça em curso”, disse. Os dois polícias vão ser agraciados com o Prémio de Segurança Pública, uma honra concedida a polícias que praticam atos nos quais há risco de vida e que salvam vidas em serviço. Magina da Silva recordou que a rápida intervenção da polícia evitou mais mortes. “Estavam cerca de 40 pessoas no interior e claramente a rápida intervenção evitou que mais pessoas sofressem ataques graves à sua integridade física ou à vida”, observou. O MP abriu um inquérito ao ataque ocorrido na terça-feira no Centro Ismaili, em

Lisboa, do qual resultaram dois mortos, segundo uma nota publicada no site da Procuradoria-Geral da República (PGR). A investigação está a cargo da Polícia Judiciária, sob a orientação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) do MP, encontrando-se sujeita a segredo de justiça. Duas mulheres foram mortas no Centro Ismaili, em Lisboa, na terça-feira, num ataque com uma arma branca por um refugiado afegão que foi detido e que está hospitalizado após ter sido baleado pela polícia. O homicida agora detido é beneficiário, como refugiado, do estatuto de proteção internacional e não era alvo de “qualquer sinalização” pelas autoridades.

Manifestação promovida pelo Bloco de Esquerda termina em violência

por Folha Nacional

Decorreu no passado sábado, dia 1 de abril, em Lisboa, a manifestação ‘Casa para Viver’, que visava protestar contra o aumento das rendas e dos preços das casas no centro das grandes cidades, tendo sido amplamente divulgada e promovida pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP.

A manifestação juntou diversos grupos de extrema-esquerda anarquista e acabou com cenas de violência, com ataques à polícia, acabando por resultar no ferimento de dois polícias e na detenção de duas pessoas.

Os atos de vandalismo foram vários: contra montras de lojas, muitas delas propriedade de imigrantes, caixas multibanco e até as motas da PSP foram grafitadas com insultos à polícia e símbolos anarquistas. O incitamento à violência era visível em boa parte dos cartazes empunhados pelos manifestantes, não deixando dúvidas ao que vinham: “Morte aos senhores! Estamos fartos!” ou “Eat the Rich” (comam os ricos) e as palavras de ordem anarquistas e anticapitalistas eram audíveis.

Os confrontos com a polícia foram apenas o corolário de insultos, atos de vandalismo e ameaças contra as forças da ordem, que, sem alternativa, responderam com firmeza às investidas dos desordeiros.

Pedidos à Cruz Vermelha duplicaram desde o início do ano

por Agência Lusa

Os pedidos de ajuda à Cruz Vermelha Portuguesa devido ao aumento do custo de vida mais do que duplicaram em janeiro e fevereiro deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, anunciou a instituição na passada quarta-feira. Só nos dois primeiros meses deste ano, “a equipa central da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) recebeu 100 pedidos de ajuda, valor que mais do que duplica os números do mesmo período do ano passado”, avançou a organização humanitária, ao alertar para o “agravamento do ciclo de pobreza em Portugal”. “O que nos preocupa muito foi

que, nos dois primeiros meses deste ano, comparado com os pedidos de ajuda que houve em tempo homólogo do ano passado, houve um maior aumento de pedidos de ajudas de famílias para muitas vezes bens de primeira necessidade”, adiantou à agência Lusa a presidente da CVP. Segundo Ana Jorge, estes pedidos de apoio são, em muitos casos, para “alimentação básica e pagamento de algumas contas” que as famílias vulneráveis não estão a conseguir suportar mais recentemente devido ao aumento do custo de vida provocado pela inflação. De acordo com a instituição, em 2022, os pedidos de ajuda de famílias em grande situação de



© Cruz Vermelha

vulnerabilidade aumentaram 74%. Ana Jorge adiantou ainda que este crescimento está relacionado com pessoas vulneráveis e com baixos rendimentos e que, devido ao aumento do custo de vida, deixaram de ter condições de equilíbrio da sua situação financeira.

“São pessoas que se aproximam da Cruz Vermelha nos diferentes locais onde nós estamos”, adiantou a presidente da CVP, ao manifestar-se também preocupada com a menor disponibilidade que se verifica para a doação de bens e, simultaneamente, com o aumento de pedidos de ajuda. “Esse desequilíbrio tem gerado alguma preocupação”, sublinhou a responsável.

Governo está a “comprar o caminho da contestação social”

por Agência Lusa

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública disse, na quarta-feira, que o Governo está a “comprar o caminho da contestação social” ao manter a proposta de aumento salarial intercalar em 1% para os funcionários públicos.

O aviso foi deixado pelo líder da Frente Comum, Sebastião Santana, no final de uma reunião com a secretária

de Estado da Administração Pública, Inês Ramires, na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa.

Sebastião Santana acusou o Governo de não evoluir “um milímetro” na sua proposta de aumento intercalar de 1% para a função pública, sublinhando que a inflação “vai continuar a subir” e os trabalhadores “a empobrecer” devido ao aumento do custo de vida.

“Se o caminho que o Governo quer comprar é o da contestação social,

não vamos ficar recuados em relação a isso, teremos de avaliar, temos de falar com os trabalhadores, mas o caminho que o Governo está a comprar ao manter uma política de desvalorização é esta”, afirmou Sebastião Santana. Questionado sobre se a Frente Comum admite fazer uma nova greve nacional, como aconteceu no dia 17 de março, o líder sindical respondeu: “Admitimos tudo”.

Segundo a proposta do Governo, os cerca de 742 mil funcionários públicos terão um aumento salarial intercalar de 1% que deverá ser pago em maio, com retroativos a janeiro. Este aumento adicional de 1% segue-se às atualizações já atribuídas em janeiro, de 52,11 euros para salários até cerca de 2.600 euros ou de 2% para remunerações superiores. Já o subsídio de refeição aumentará de 5,20 euros para seis euros (mais 80 cêntimos) por dia.

Além da Frente Comum, a secretária de Estado da Administração Pública, Inês Ramires, recebeu hoje a Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).



© Frente Comum



© Tribunal Europeu

Portugal pagou 323 mil euros em indemnizações por Direitos Humanos

por Agência Lusa

Portugal pagou mais de 323 mil euros em indemnizações em 2022 por condenações pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), face a 140 097 no ano anterior, indica um relatório do Comité de Ministros do tribunal divulgado na quinta-feira.

O relatório anual relativo a 2022 do Comité de Ministros, responsável pela supervisão da execução dos acórdãos do TEDH, adianta que se registou o pagamento integral da compensação concedida

pelo tribunal em nove processos, aguardando-se “a confirmação do pagamento integral e/ou dos juros de mora em seis processos para os quais o prazo indicado no acórdão do Tribunal já passou há mais de seis meses”.

O TEDH, criado em 1959, é um tribunal internacional do Conselho da Europa que analisa queixas sobre violações da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH). O número de processos contra Portugal com execução suspensa aumentou em 2022 para 39, face a 28 no ano anterior.

Entre os processos pendentes estão “um grupo de casos relativos à duração excessiva dos processos civis e administrativos e outro grupo relativo à sobrelotação e às condições materiais das prisões e à falta de soluções eficazes”, adianta a análise.

O 16.º relatório anual do órgão político do Conselho da Europa, ao qual a sentença definitiva do TEDH é transmitida, refere que este recebeu do tribunal europeu 16 processos contra Portugal para fiscalização da sua execução (face a 11 em 2021 e nove em 2020).

V.F.Xira fará levantamento de imóveis devolutos do Estado

O vereador do CHEGA em Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa, viu ser aprovada, por unanimidade, a sua proposta para que a autarquia faça o levantamento dos imóveis do Estado que estejam devolutos no município. Para Barreira Soares este é apenas o “primeiro passo para resolver o problema de habitação” que existe no concelho e no país. No mesmo documento, o vereador eleito pelo CHEGA justifica a necessidade de se fazer o referido levantamento, recordando que uma notícia do ano passado dava conta de que o Tribunal de Contas havia alertado para o facto

de “onze anos depois, o Estado ainda não sabe quantos imóveis tem, nem quanto valem”. “O Estado tem de dar o exemplo e fazer um levantamento profundo dos imóveis de que é proprietário e desenvolvê-los em prol da comunidade”, lê-se na proposta apresentada na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e a que o Folha Nacional teve acesso. Nesta senda, Barreira Soares considera que também a autarquia tem de “contribuir com medidas que ajudem na persecução do objetivo principal: aumentar a oferta de habitação”.

Faro vai ter videovigilância para prevenir crimes

Os principais eixos rodoviários e vários pontos da baixa da cidade de Faro vão ter sistemas de videovigilância para prevenção de crimes e repressão de infrações rodoviárias, anunciou, quinta-feira, o município. De acordo com a autarquia, a videovigilância vai permitir monitorizar bens públicos e privados e “a prevenção de crimes em locais onde existe razoável risco da sua ocorrência”. “Simultaneamente permitirá a prevenção e repressão de infrações rodoviárias”, lê-se na nota enviada às redações. O sistema está capacitado para

captar e gravar áudio “sempre que se verifique uma situação de perigo concreto para a segurança de pessoas e bens”. As câmaras vão ser operadas pela PSP, funcionando 24 horas por dia, todos os dias da semana. Para o presidente da autarquia, Rogério Bacalhau (PSD), a adjudicação da empreitada para a instalação do sistema “é o resultado de um longo trabalho” realizado em colaboração com a PSP, “reforçando o sentimento de segurança entre residentes e os visitantes” do concelho.



Incêndios: Ministro alerta que 2023 será “ainda mais difícil” do que 2022

por Agência Lusa

O ministro da Administração Interna (MAI) alertou, na segunda-feira, que este ano de 2023 será “ainda mais difícil” do que foi 2022 no que combate aos incêndios florestais diz respeito e, por isso, pediu às pessoas e às instituições para se prepararem para o que está por vir.

“Aquilo que eu posso dizer é que, por todos os indicadores que temos esta segunda-feira, o ano de 2023 vai ser ainda mais difícil do que foi o ano de 2022”, disse José Luís Carneiro aos jornalistas à saída da inauguração da esquadra da PSP de Matosinhos, no distrito do Porto.

Reforçando que o ano vai ser “muito difícil”, o governante sublinhou que cada um tem de fazer a sua parte.

“Temos de nos preparar, estamos-nos a preparar, mas é evidente que os meios são sempre limitados em circunstâncias de emergência e aquilo que temos que fazer é cada um a sua parte”, frisou. O ministro da Administração Interna vincou que o Estado Português, a Proteção Civil e as autarquias estão a procurar fazer a sua parte, mas todos têm de contribuir porque 55% dos incêndios que deflagraram em 2022 foram por negligência.

Significa, acrescentou o governante, que se houvesse mais cuidado, responsabilidade e outras atitudes, o número de incêndios provocados por negligência poderia ser muito mais baixo.

Além disso, José Luís Carneiro adiantou que a Guarda Nacional Republicana anda já por todo o país a sensibilizar as populações para a necessidade de fazer limpezas preventivas dos seus terrenos florestais e agrícolas.

“Ninguém me pode acusar de não ter tido, desde setembro do ano que passou, a preocupação de, sempre que posso, alertar para a necessidade que cada uma e cada um que tem responsabilidades em todo o sistema fazer a sua parte”, ressaltou.



Governo vai pagar em maio aumento intercalar à Função Pública de 1%

com Agência Lusa

O aumento salarial intercalar de 1% e a subida do subsídio de refeição para seis euros serão pagos com os salários de maio, com retroativos a janeiro, garantiu, na quarta-feira, a secretária de Estado da Administração Pública, Inês Ramires.

A data foi avançada pela governante, no final de reuniões com as estruturas sindicais da administração pública que decorreram na Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa.

“[O aumento] agora tem de ser aprovado, tem de passar pelo processo legislativo, portanto o que estamos a trabalhar é para que ele tenha reflexo no processamento salarial de maio”, afirmou Inês Ramires aos jornalistas no final da reunião com as estruturas sindicais da administração pública. Por seu turno, os sindicatos consideraram que o aumento de apenas 1%, tendo em conta o aumento do custo de vida, não é suficiente, tal como não chegam os 80 cêntimos a mais no subsídio de refeição.

De acordo com a secretária de Estado, o Governo decidiu, “após ponderação das reivindicações” apresentadas pelas estruturas sindicais, fazer reatuar os aumentos intercalares a janeiro de 2023. Inês Ramirez su-

blinhou que esta decisão é uma boa notícia pois, lembrou, inicialmente tudo apontava para que as medidas produzissem efeitos apenas a partir de abril.

“Com esta retroatividade, consolidamos a valorização global da massa salarial global da administração pública, a partir de janeiro, passando de 5,1% para 6,6%, isto é, a massa passa de 1.320 milhões de euros para 1.709 milhões”, referiu.

Inês Ramires disse que o aumento salarial de 1% com retroativos a janeiro custará 245 milhões de euros e o subsídio de refeição, que sobe de 5,20 euros para seis euros, terá um custo de 144 milhões de euros.

Questionada sobre se o Governo tem margem para aumentar a sua proposta de 1%, como pedem os sindicatos, a secretária de Estado respondeu que “a margem do Governo é aquela que foi apresentada” nas reuniões desta semana.

No entanto, admitiu voltar à mesa das negociações até ao final do ano “se houver alguma alteração de circunstâncias”, como aconteceu agora, em que a inflação ficou acima do previsto.

A governante acrescentou ainda que está a trabalhar com o Ministério das Finanças “para que haja uma atuali-

zação das tabelas retenção de IRS para não haver perda de liquidez relativamente ao aumento salarial”.

“Estamos a trabalhar para que no próximo processamento de salários, ou seja, quando for publicado este diploma, estejam também publicadas as tabelas de retenção atualizadas”, referiu Inês Ramires.

Segundo a proposta do Governo, os cerca de 742 mil funcionários públicos terão assim um aumento salarial intercalar de 1% em maio, com retroativos a janeiro, além das subidas atribuídas no início do ano de 52,11 euros para salários até cerca de 2.600 euros ou de 2% para remunerações superiores.

A remuneração base da administração pública, que em janeiro aumentou 56,58 euros, para 761,58 euros, passará assim a ser de 769,2 euros, a que corresponde um aumento 9,1% face ao ano anterior.

O subsídio de refeição aumenta de 5,20 euros para seis euros (mais 80 cêntimos) por dia.

A secretária de Estado esteve reunida com a Frente Comum, a Federação de Sindicatos da Administração Pública (Fesap) e o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE).

Marcelo garante que nunca contactou TAP nem Governo para mudar voo

por Agência Lusa

A Presidência da República afirmou, na quarta-feira, numa nota escrita, que nunca contactou a TAP nem nenhum membro do Governo para uma mudança de um voo de regresso de Moçambique em março de 2022.

“A Presidência da República nunca contactou a TAP, nem nenhum membro do Governo sobre tal assunto. A Presidência da República nunca solicitou a alteração do voo da TAP, se tal aconteceu terá sido por iniciativa da agência de viagens”, lê-se na nota, enviada à agência Lusa. Esta posição surge depois de

na comissão parlamentar de inquérito sobre a TAP se ter falado numa troca de emails entre o então secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes, e a presidente da Comissão Executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, sobre o eventual adiamento de um voo que tinha como passageiro o chefe de Estado, Marcelo Rebelo de Sousa. A Presidência da República refere que “o Presidente da República deslocou-se a Moçambique em março de 2022” e que “a viagem foi tratada pela agência de viagens habitual, que terá feito várias diligências e acabou por encontrar uma alternativa com a TAAG, via Luanda, no dia 23, mas o regresso



© Presidência da República

de Moçambique acabou por se verificar a 21 de março de 2022, num voo regular da TAP (TP182)”.

Na mesma nota, acrescenta: “Tomámos conhecimento desta questão no dia 11 de fevereiro de 2022, quando a CEO da TAP perguntou ao chefe da Casa Civil, num jantar no Eliseu, a convite do Presidente Macron, a propósito da Saison Croisée França Portugal, se Sua Excelência o Presidente da República tinha solicitado a mudança do voo da TAP de 24 de março, o que foi imediatamente desmentido”.

Questionada sobre este assunto em comissão de inquérito pelo deputado da Iniciativa Liberal Bernardo Branco, na terça-feira, Christine Ourmières-Widener mencionou que fez questão de verificar se se tratava realmente de um pedido da Presidência da República para uma mudança do voo.

“No fim, não fiquei surpreendida ao perceber que o Presidente da República nunca nos pediria para mudar um voo, que teria impacto no resto dos passageiros”, disse a gestora.

Na troca de emails, segundo o que foi lido na comissão de inquérito, o ex-secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Mendes, argumentava que era importante manter Marcelo Rebelo de Sousa como aliado da TAP.

Pizarro admite alargar IVG a cuidados primários

por Agência Lusa

O ministro da Saúde admitiu, durante uma comissão parlamentar na Assembleia da República, a possibilidade de alargar o recurso à interrupção voluntária da gravidez aos cuidados de saúde primários para ultrapassar os casos em que há dificuldade de acesso por causa da distância.

“Já existiu no norte do país, no Centro de Saúde de Amarante, foi interrompida por causa da pandemia e não voltou a ser retomada. Estamos a trabalhar para retomar essa e para, a partir dessa resposta, organizar a possibilidade noutros locais, (...) nos cuidados de saúde primários, para resolver o problema de uma certa proximidade e de uma certa distância”, afirmou Manuel Pizarro.

O ministro, que falava na Comissão Parlamentar de Saúde, onde

foi ouvido na última quarta-feira a pedido do Bloco de Esquerda, Livre, Iniciativa Liberal e PCP sobre o acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez, ressaltou, contudo, que é preciso “respeitar muito a vontade da mulher em relação ao sítio onde quer recorrer a este serviço”. Deu como exemplo a situação nas regiões do Alentejo e do Algarve, em que, independentemente de haver ou não acesso à IVG, as mulheres procuram-no noutras regiões do país. “Provavelmente, as pessoas querem condições de maior privacidade, de maior recato”, acrescentou o governante.

Durante a audição, Manuel Pizarro disse ainda estar aberto ao diálogo sobre o enquadramento legal da interrupção voluntária da gravidez, mas alertou para que esta discussão não transforme num insucesso aquilo que é um “caso de sucesso da sociedade



© Folha Nacional

e do Serviço Nacional de Saúde”. O governante, que chegou ao Governo para substituir Marta Temido, defendeu também que é preciso “examinar com cuidado o que é que se passa nas unidades de saúde”, afirmando que há situações muito diversas.

“Eu posso admitir que numa ou noutra unidade de saúde não haja acesso à IVG, desde que seja claro como é que as mulheres são orientadas para ter acesso simples a IVG através do SNS”, disse o ministro, afirmando admitir também que haja hospi-

tais cujos recursos humanos são muito limitados e que, por isso, não consigam ter equipas para realizar este procedimento que está consagrado na lei há dezasseis anos, desde que se realizou um referendo à questão em 2007 que determinou a vitória do ‘sim’.

Pires de Lima desmente ter sido condescendente com compra de aviões

© Folha Nacional

por Agência Lusa

O antigo ministro da Economia António Pires de Lima garantiu ser falso e injurioso ter autorizado ou sido condescendente com a compra de aviões para a TAP acima do preço justo de mercado.

O ex-ministro da Economia entre 2013 e 2015, durante o governo de Pedro Passos Coelho, falava durante uma audição parlamentar na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação no âmbito de um requerimento do PS quando negou qualquer responsabilidade na aquisição de aviões que tenha prejudicado a companhia aérea.

“É totalmente falso, infundado e injurioso que o Governo, eu ou senhor secretário de Estado Sérgio Monteiro, tenhamos autorizado ou sido condescendentes com uma aquisição de aviões acima do preço justo de mercado”, afirmou.

Em resposta ao que classificou como “amável” convite do PS para explicar “o alegado golpe, ou crime, com a compra de 53 aviões Airbus A320 e 330 Neo acima do preço de mercado”, António Pires de Lima mostrou-se convicto de que tal não aconteceu.

“Os passos que o governo deu, as decisões que o governo tomou foram sempre assumidas no pressuposto, que nos foi garantido por es-



critado em documentação assinada, entre outros, pelo senhor Humberto Pedrosa [ex-acionistas], que não só a compra daqueles aviões eram os adequados para a execução do novo plano estratégico da TAP, como iriam ser adquiridos com um desconto de 4 a 5%”, justificou.

O antigo governante sublinhou que este “desconto” significa menos 233 milhões de euros face ao preço justo de mercado. “Considero ainda também altamente im-

provável que tenhamos sido enganados e tenha havido qualquer golpe na TAP e os aviões tenham chegado acima do preço de mercado”, disse.

Pires de Lima recordou ainda que, além de nove avaliações – três por modelo – realizadas por “entidades credíveis”, a compra dos novos aviões foi aprovada pelo Conselho de Administração da TAP e ratificada pelo Conselho Fiscal da empresa.

Lisboa é a 2ª capital da Europa com habitação mais cara

por Folha Nacional

Lisboa é a segunda cidade do sul da Europa mais cara em termos de arrendamento, revela um estudo tornado público esta semana.

Os dados constam das conclusões do barómetro do primeiro trimestre de 2023 levado a cabo pela Casa-fari, que é uma plataforma europeia de dados imobiliários, e que compara o primeiro trimestre deste ano com o período homólogo do ano passado, mas também com o último trimestre de 2022.

Segundo o estudo, Lisboa e Milão são as segundas cidades mais caras do sul da Europa no que concerne ao arrendamento. Ambas apresentam um valor médio de renda de 23 euros por cada metro quadrado. Mais cara, só mesmo a capital francesa onde o valor médio é de 41 euros.

No que concerne ao preço médio de venda por metro quadrado, Lisboa ocupa, isolada, a segunda posição no ranking das cidades mais caras. Na capital portuguesa o preço médio é de 5.149 euros. A liderar o ranking encontramos novamente Paris com um preço médio de 12.070 euros.

Os dados mostram que houve, no primeiro trimestre deste ano, um aumento dos preços da habitação em Portugal na ordem dos 9,8% relativamente ao mesmo período do ano passado e um aumento de 3,4% face ao último trimestre de 2022.

ASAE vai liderar monitorização dos preços

por Agência Lusa

O Governo anunciou que a ASAE vai liderar os trabalhos de monitorização da evolução dos preços, no âmbito do pacto estabelecido com o Estado, produção e distribuição. “Decidimos que seria a ASAE [Autoridade de Segurança Alimentar e Económica] a entidade a liderar esse trabalho de estudo da evolução dos preços em articulação e cooperação com as várias entidades que fazem parte desta comissão de acompanhamento”, avançou o secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, Nuno Fazenda, em declarações aos jornalistas no Ministério da Economia, em Lisboa.

O secretário de Estado falava após a primeira reunião de acompanhamento do pacto para a estabilização e redução de preços dos bens alimentares, firmado entre o Governo, Associação Portuguesa de

Empresas de Distribuição (APED) e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).

Para conter o impacto da inflação na carteira dos portugueses, o Governo lançou um conjunto de medidas, como a aplicação de uma taxa de IVA de 0% num cabaz de produtos alimentares essenciais e o reforço dos apoios à produção, uma ajuda que vai custar cerca de 600 milhões de euros aos cofres do Estado. A lista de produtos com IVA a 0% inclui o atum em conserva, bacalhau, pão, batatas, massa, arroz, cebola, brócolos, frango, carne de porco ou azeite.

O Pacto para a Estabilização e Redução de Preços dos Bens Alimentares, que foi celebrado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) prevê ainda um reforço de 140 milhões de euros nos apoios à produção.



© ASAE

O executivo comprometeu-se igualmente a assegurar a renovação imediata do apoio extraordinário ao gásóleo agrícola, bem como o apoio para mitigar os aumentos dos custos com fertilizantes e adubos.

Na reunião estiveram representadas a Autoridade da Concorrência (AdC), a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE), a Direção-Geral do Consumidor (DGC) e o Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura (GPP).

Há mais de 250 mil pessoas que ainda não receberam os 125 euros de apoio que o Governo prometeu



por **Agência Lusa**

O apoio de 125 euros para mitigar o impacto da inflação foi pago a 4,6 milhões de pessoas, mas em fevereiro ainda estavam sem o receber cerca de 260 mil beneficiários, devido a falhas com o IBAN.

Os dados foram avançados em comunicado, pelo Ministério das Finanças, que indica que a taxa de execução da medida lançada em outubro para fazer face ao aumento do custo de vida é de 95%, tendo sido pagos até agora

616,6 milhões de euros.

“Cerca de 4,6 milhões de pessoas (4.585.609) receberam os apoios extraordinários de 125 euros (mais 50 por dependente nos casos aplicáveis)” através da Autoridade Tributária (AT), pode ler-se no comunicado do gabinete liderado pelo ministro Fernando Medina.

No entanto, de acordo com a nota, em fevereiro, estavam identificados 22,6 mil IBAN inválidos e 239 mil pessoas sem registo de qualquer IBAN junto da AT, ou seja, um total de 261,6 mil pessoas as que, por estes motivos, ainda

não receberam o apoio.

“Para permitir que todos os contribuintes atualizem o seu IBAN, a AT continuará a repetir as ordens de pagamento até o final do mês de abril”, refere o Ministério das Finanças.

A atualização dos IBAN por parte dos contribuintes permitiu pagar 3,4 milhões de euros em dezembro, 1,7 milhões de euros em janeiro e 0,4 milhões de euros em fevereiro, apoiando cerca de 42,5 mil pessoas nestes meses, refere a mesma fonte.

De acordo com o ministério, a maior parte dos contribuintes

(perto de três milhões de pessoas) recebeu o apoio nas suas contas em outubro.

“Nesse mês foram devolvidos às famílias 400 milhões de euros, apenas no âmbito destes pagamentos. Cerca de 1,6 milhões de pessoas receberam em novembro (sendo que cerca de 1,1 milhões receberam logo nos primeiros três dias do mês), num total de mais 211 milhões de euros entregues às famílias”, acrescenta o gabinete.

Em causa está um apoio aos rendimentos de 125 euros (e de 50

euros por dependente), destinado a pessoas com rendimentos mensais brutos inferiores a 2.700 euros, anunciado em setembro e que começou a ser pago em outubro, para responder ao aumento do custo de vida. O apoio foi também atribuído a beneficiários de determinadas prestações sociais, pago nestes casos pela Segurança Social.

Na altura, o Governo indicou que este apoio excepcional aos rendimentos custaria cerca de 840 milhões de euros, abrangendo perto de 5,8 milhões de pessoas.

© DR

Rússia acusa Portugal, Espanha e Alemanha de forçarem retirada de crianças ucranianas às mães

© Presidência da Federação Russa

por Agência Lusa

O embaixador russo junto das Nações Unidas acusou Portugal, Espanha e Alemanha de terem retirado “centenas” de crianças ucranianas às suas mães para as colocar em estruturas de acolhimento nos respetivos territórios, tendo apresentado testemunhos destes alegados casos.

“Eu sou Alina Komisarenko, da cidade de Zaporijia. O meu filho foi levado pelo sistema juvenil em Portugal”, disse uma mulher num vídeo apresentado pela Rússia numa reunião informal do Conselho de Segurança para abordar “as medidas tomadas pelas autoridades russas para retirar crianças em perigo”. A veracidade dos testemunhos apresentados pela Missão da Federação Russa junto da ONU não pode ser verificada. O embaixador russo Vasily Nebenzya acusou os países ocidentais de quererem abafar o facto de, nos países europeus, estarem a ser retiradas crianças aos refugiados ucranianos. O embaixador referiu então Portugal, Espanha e Alemanha como exemplo de países onde isso acontece.

“O número de pessoas que passaram por isso está na casa das centenas. Crianças pequenas estão a ser levadas para centros de acolhimento por pessoas estranhas. As mães que



estão a tentar recuperar as crianças são ameaçadas com processos criminais”, acusou o diplomata. O Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu a 17 de março um mandado de detenção para o Presidente russo, Vladimir Putin, por crimes de guerra, pelo seu alegado envolvimento em sequestros de crianças na Ucrânia. Num comunicado, o TPI acusa Putin de ser “alegadamente responsável pelo crime de guerra de deportação ilegal de população (crianças) e transferência ilegal de população (crianças) de áreas ocupadas da

Ucrânia para a Federação Russa”.

Em causa estarão milhares de crianças ucranianas institucionalizadas que foram transportadas à força para a Rússia ou para territórios ucranianos ocupados pelas tropas russas.

Um relatório sobre o Programa Sistemático da Rússia para a Reeducação e Adoção de Crianças da Ucrânia, lançado em fevereiro pelo Laboratório de Pesquisa Humanitária da Escola de Saúde Pública de Yale (HRL), estima em mais de 6.000 os menores

ucranianos colocados em 43 campos de reeducação ou orfanatos russos após a invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022. O relatório admite que o número poderá ser bastante mais elevado.

A organização não-governamental (ONG) Human Rights Watch (HRW) afirma, num outro relatório, que milhares de crianças ucranianas que viviam em orfanatos foram transferidas à força para a Rússia ou para territórios ocupados.

Ex-PM italiano Silvio Berlusconi diagnosticado com leucemia

© crédito

por Agência Lusa

O estado de saúde do ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi é complexo, mas estável, estando hospitalizado nos cuidados intensivos do hospital San Raffele em Milão, noticiou na quinta-feira a imprensa italiana. Segundo a agência de notícias italiana ANSA, Berlusconi, de 86 anos, foi hospitalizado na quarta-feira e está a receber tratamento para problemas cardiovasculares e para repor o nível de oxigénio no sangue. Já de acordo com o jornal italiano Corriere della Sera, o político octogenário sofre de leucemia, razão pela qual tem tido várias crises de saúde que o têm levado ao hospital.

Fontes próximas ao líder do partido Forza Itália e magnata dos meios de comunicação disseram que Berlusconi passou uma noite

tranquila e estava consciente.

Os sérios problemas de oxigenação que alegadamente colocaram o sistema cardiovascular e os pulmões de Berlusconi sob ‘stress’ podem estar relacionados a problemas em sua medula espinal, acrescentaram as fontes. Berlusconi - cujo partido atualmente faz parte da coligação governista liderada pela primeira-ministra Giorgia Meloni - tem um pacemaker implantado desde 2006 e já apresentou outros problemas de saúde.

Em 2020 foi internado com covid-19 e pneumonia bilateral no San Raffele, embora tenha recebido alta alguns dias depois.

Na semana passada, tinha estado no hospital San Raffaele para fazer exames e quando saiu, agradeceu a “todos quantos quiseram enviar um pensamento ou sinal de afeto por estes dias”.



Papa considera sexo uma das “belas dádivas de Deus”

com Agência Lusa

O Papa Francisco disse aos jovens que o sexo é uma das “belas dádivas de Deus” ao ser humano, num documentário transmitido no canal ‘Disney+’, noticiou esta quarta-feira L’Osservatore Romano, o jornal diário da Cidade do Vaticano.

“O sexo é uma das coisas belas que Deus deu aos seres humanos”, disse o Papa durante o documentário a que foi dado o nome ‘Amém’.

Segundo o Sumo Pontífice, a “expressão sexual é uma riqueza” e, referindo-se à masturbação, o Papa Francisco frisou que “qualquer coisa que menospreze a verdadeira expressão sexual também o menospreza a si e

empobrece essa riqueza”.

Na conversa gravada para o documentário ‘Amém’, o líder da Igreja Católica abordou também o tema da pornografia.

A uma jovem que, alegadamente vende pornografia online, o Papa Francisco explicou que “ser viciado em pornografia é como ser viciado em uma droga que mantém uma pessoa num nível que não permite que cresça”.

A ‘Disney+’ lançou, na quarta-feira, o documentário ‘Amém: Francisco Responde’ que conta com a participação do Papa que conversa com jovens de vários países sobre temas sensíveis como os abusos de menores, o feminismo, o racismo, a sexualidade ou o papel da mulher na Igreja.



© DR

Quem é mais generoso com o seu país de origem? Estudo diz que são pessoas de direita

por Agência Lusa

A generosidade mostra diferenças importantes entre pessoas com ideologia política de esquerda, que tendem a ser mais altruístas além-fronteiras, e as do espectro político da direita, que são mais generosas e altruístas com instituições do seu próprio país.

Uma equipa de investigadores chegou a esta conclusão depois de realizar um estudo no qual analisou as respostas de quase 50.000 pessoas de 68 países diferentes, tendo publicado esta segunda-feira os resultados na revista científica Pnas.

O trabalho foi realizado por investigadores da Escola IMT de Estudos Avançados de Lucca, da Universidade Ca’ Foscari de Veneza e da Universidade de Milão Bicocca. A investigação foi realizada durante os meses de abril e maio de 2020 com o objetivo de examinar os fatores psicológicos que fundamentam as diferentes atitudes e intenções comportamentais relacionadas com a pandemia de covid-19, para determinar se e como a ideologia política está associada à generosidade.

Para medir a ideologia política, os participantes neste estudo foram solicitados a identificar a sua orientação política numa escala de 0 (muito à esquerda) a 10 (muito à direita).

Já para medir a generosidade, os investigadores utilizaram as decisões de doação dos participantes para uma instituição de caridade nacional ou internacional.

A tarefa era responder qual a percentagem de uma quantia em dinheiro que as pessoas guardavam e quanto doavam para uma instituição de caridade nacional ou internacional que trabalhava para proteger as pessoas na pandemia.

Desta forma, estabeleceram três tipos diferentes de generosidade: uma voltada para o país de origem, com raízes locais, denominada generosidade nacional; a segunda, mais universalista, voltada para além das fronteiras nacionais e voltada para a comunidade internacional, denominada generosidade internacional; e uma terceira, a soma das duas, identificada como generosidade em geral.

Aqueles que mostraram uma tendência política mais à esquerda eram mais propensos a serem generosos internacionalmente, enquanto os participantes politicamente de direita eram mais propensos a doar e ajudar localmente, segundo os investigadores.

O estudo também apontou que a tendência para ser generoso também está diretamente relacionada com a boa governação de cada país.



© crédito

Todos contra um: CHEGA isolado a pedir mais segurança e controlo sobre imigração



© Folha Nacional

O Parlamento discutiu, na quarta-feira, o tema da Imigração e da Segurança a pedido do partido CHEGA na sequência do ataque ao Centro Ismaili, em Lisboa, a 28 de março que resultou na morte de duas mulheres, deixando ainda um homem em estado grave.

por **Folha Nacional**

No arranque do debate, o presidente do CHEGA sublinhou os problemas que a “política de portas abertas”, no que diz respeito à entrada de imigrantes e refugiados em Portugal, tem gerado no país. Foram recordados os casos dos imigrantes a viver em tendas, dos que são vítimas de exploração laboral e dos que morreram num incêndio na Mouraria devido à sobrelotação das casas em que vivem. “Esta política de imigração não faz sentido e precisa de ser alterada”, fincou André Ventura, lembrando que “entram em Portugal milhares de imigrantes atraídos por falsas propostas de trabalho”. Para o líder do terceiro maior partido português, a política de portas abertas leva a uma “falsa integração” baseada

num “falso humanismo e numa falsa segurança” que coloca em risco, não só os portugueses, como os próprios imigrantes que vivem sem as condições mínimas.

Dirigindo-se ao ministro da Administração, José Luís Carneiro, que estava presente no debate, André Ventura questionou a veracidade de notícias vindas a público e que estabelecem uma relação entre o homicida do Centro Ismaili e o radicalismo islâmico.

“Os serviços de segurança dizem que este homem tem ligações ao Estado Islâmico. Isto é verdade? Outras notícias dizem que os talibãs entraram em contacto com o agressor e que o mesmo é suspeito de matar a própria mulher na Grécia. Isto é verdade?”, questionou o Presidente do CHEGA.

Contudo, o ministro recusou-se a responder às questões colocadas, op-

tando, tal como referido por Ventura, por fazer uma “homilia”, o que levou, inclusive, André Ventura a fazer uma interpelação à mesa pedindo ao presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, que instigasse o

“Os serviços de segurança dizem que este homem tem ligações ao ISIS. Outras notícias dizem que os talibãs entraram em contacto com ele e que é suspeito de matar a mulher. Isto é verdade?”

ministro a responder às perguntas que lhe eram colocadas, uma vez que ali se encontrava para esclarecer os partidos, mas tal não surtiu efeito.

Ao longo do debate, o ministro da Administração Interna foi ainda confrontado com a afirmação do diretor nacional da PSP, Magina da Silva, de que já se estava “de certa forma à espera” de uma

“ocorrência com um atacante ativo”.

“Por que é que foi possível dizer que já estávamos à espera que pudesse acontecer? Por uma razão muito simples: porque todos os dias desde há muito que as nossas forças de segurança trabalham nos cenários das ameaças e dos riscos”, argumentou o ministro.

O ministro da Administração Interna, que não respondeu às perguntas do CHEGA, limitou-se a referir que Portugal é “um país acolhedor”, mas com “fronteiras reguladas e seguras”.

Os partidos das restantes bancadas colocaram-se ao lado do Governo, acusando o CHEGA de “oportunismo” por querer saber de que forma são controlados e acompanhados os imigrantes e refugiados que chegam a Portugal, o que levou André Ventura a acusá-los de quererem “branquear” um crime grave, “varrendo para debaixo do tapete os problemas desta política de imigração” e “transformando o agressor em vítima, ignorando as duas verdadeiras vítimas que foram as duas mulheres que perderam a vida”.

Pichardo entre candidatos a atleta europeu do mês de março

por Agência Lusa

O português Pedro Pablo Pichardo está entre os nomeados a atleta europeu do mês de março, revelados, após ter conquistado o segundo título de campeão europeu 'indoor' do triplo salto da carreira, em Istambul.

Pichardo concorre com o norueguês Jakob Ingebrigtsen, Sondre Guttormsen, Noruega, Armand Duplantis, Samuele Ceccarelli.

Pichardo, campeão olímpico e mundial da disciplina, venceu o ouro do triplo salto com um ensaio de 17,60 metros, a melhor marca mundial do ano até aqui. A votação decorre até quinta-feira nas publicações dedicadas a cada uma das categorias na conta oficial da European Athletics na rede social Instagram.

Patrícia Sampaio é a judoca com melhor ranking olímpico

por Agência Lusa

Patrícia Sampaio alcançou a quarta medalha desde o início do ano, com a conquista do bronze no Grand Slam de Antália, e já é a judoca portuguesa mais bem classificada na corrida aos Jogos Olímpicos de 2024.

Patrícia Sampaio, de 23 anos, está a efetuar um dos melhores anos da carreira, depois de ter sido apontada como uma das maiores promessas da modalidade, em que chegou a ser líder mundial em juniores, antes de atravessar um período de muitas lesões.

Na atualização do ranking mundial, Sampaio é 11.ª, com a subida de três lugares, e no apuramento olímpico surge como 6.º no geral e 5.º de forma direta, face à presença da francesa Audrey Tcheumeo.

Nininho Vaz Maia e Wet Bed Gang “abrem” Festival do Crato

por Agência Lusa

Promovido pela Câmara de Crato, o festival arranca, no dia 22 de agosto, com as presenças de Julinho KSD, Nininho Vaz Maia e Wet Bed Gang. De acordo com a organização, o cartaz deste ano aposta na presença de “alguns dos melhores artistas nacionais e internacionais”, prometendo aos festivaleiros cinco dias de “grande animação”. Além dos concertos, vai também realizar-se, em paralelo, a Feira de Artesanato e Gastronomia do Concelho do Crato, que cumpre este ano a 37.ª edição. As entradas na Feira de Artesanato e Gastronomia são gratuitas, enquanto o Festival do Crato tem entradas pagas, encontrando-se já à venda os bilhetes diários e os passes.

Varandas quer Vieira e Benfica SAD no lote de acusados por corrupção



por Agência Lusa

O presidente do Sporting, Frederico Varandas, defendeu que a Benfica SAD e o seu antigo presidente Luís Filipe Vieira deviam estar entre os acusados dos recentes processos por alegada corrupção no futebol e pediu ‘coragem’ à justiça.

“O Ministério Público está a acusar o mensageiro, mas não o verdadeiro mentor e beneficiário de todo este crime organizado. Vamos pedir a abertura da instrução”, disse Varandas, em entrevista à Sporting TV, referindo-se ao caso do empresário César Boaventura, recentemente acusado formalmente de tentar corromper quatro jogadores adversários do Benfica para favorecer o emblema da Luz.

O presidente ‘leonino’ lembrou a relação existente entre

o agente e o antigo presidente Luís Filipe Vieira, algo que diz estar demonstrado na acusação do Ministério Público e, por isso, mostrou-se incrédulo pela ausência do antigo dirigente ‘encarnado’ e também da Benfica SAD da lista de acusados. Varandas lembrou o caso ‘e-toupeira’, em que Paulo Gonçalves, “antigo braço direito de Luís Filipe Vieira e assessor jurídico da SAD ‘encarnada”, segundo o dirigente, foi condenado a dois anos e seis meses de prisão, com pena suspensa, por corrupção com funcionários judiciais, sem que o Benfica tenha sofrido qualquer repercussão.

Como todos estes casos, o líder do emblema de Alvalade desde 2018 lamentou e criticou o silêncio e comportamento do atual presidente do Benfica, Rui Costa. Para Varandas, situações como

o Apito Dourado, que envolveu o FC Porto no passado, causam-lhe “nojo”, sobretudo por ver que a “corrupção continua presente no futebol português” nas últimas décadas.

“Há 20 anos, vivemos uma das maiores vergonhas da justiça desportiva, e não só. E, atualmente, continuamos a fingir que não existiram. Mas, naquelas escutas há um presidente a corromper árbitros e a oferecer prostitutas. Esse senhor continua como presidente. Jamais poderia dirigir o quer que seja”, afirmou Varandas, referindo-se a Pinto da Costa, líder do FC Porto.

Na entrevista, o dirigente ‘leonino’ referiu várias vezes o exemplo da Liga inglesa, o “melhor campeonato do mundo porque não tem casos de corrupção e porque não existem figuras como o César Boaventura”.

Últimas

Multidão em confrontos na Praia de Carcavelos

A praia de Carcavelos, no concelho de Cascais, voltou a ser, na quarta-feira, palco de confrontos entre centenas de pessoas. As imagens enviadas à redação do Folha Nacional mostram centenas de pessoas envolvidas em confrontos ao final da tarde, por volta das 18h30. No vídeo ouvem-se gritos e veem-se trocas de agressões entre os vários envolvidos. A PSP confirmou ter recebido várias denúncias, mas quando os meios chegaram ao local a multidão já tinha dispersado, não havendo registo de detidos.

Máscaras deixam de ser obrigatórias em estabelecimentos de saúde e de apoio a idosos

O uso de máscaras em estabelecimentos de saúde ou de apoio a idosos deixa de ser obrigatório, segundo um decreto-lei aprovado pelo Governo na sequência da reunião do Conselho de Ministros. O Governo fez saber que deixa também de ser obrigatório o uso de máscara nas estruturas residenciais, de acolhimento, ou serviços de apoio domiciliário a populações vulneráveis, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, tal como nas unidades de cuidados continuados onde a obrigatoriedade ainda existia.

Ministério da Economia foi alvo de ciberataque

O Ministério da Economia foi alvo, na quinta-feira à tarde, de um ciberataque, que afetou alguns sites de organismos, de forma parcial, mas não comprometeu qualquer informação. Fonte oficial do gabinete do ministro da Economia recusou, por questões de segurança, revelar que serviços haviam sido afetados. Em fevereiro havia sido o Ministério dos Negócios Estrangeiros a ser alvo de um ciberataque. Em ambos os casos, os ministros responsáveis garantiram que a informação não foi comprometida.

Rejeitado pedido para libertar ex-presidente da C.M. de Espinho

O ex-presidente da Câmara de Espinho, Miguel Reis, arguido na operação Vórtex, vai continuar em prisão preventiva a aguardar o início do julgamento. Segundo fonte da defesa, o Tribunal de Instrução Criminal do Porto rejeitou o requerimento para o arguido ser libertado por entender que continuam os perigos de atividade criminosa e perturbação do inquérito. O socialista Miguel Reis renunciou ao mandato para o qual foi eleito em 2021 e é o único arguido do processo Vórtex que se encontra detido preventivamente.

Meteorologia

NORTE			
sexta-feira 07/04 12° 23°	sábado 08/04 10° 25°	domingo 09/04 12° 21°	seg.-feira 10/04 12° 20°
ter.-feira 11/04 12° 21°	qua.-feira 12/04 11° 19°	qui.-feira 13/04 10° 19°	sexta-feira 14/04 11° 20°
CENTRO E SUL			
sexta-feira 07/04 13° 25°	sábado 08/04 12° 28°	domingo 09/04 14° 24°	seg.-feira 10/04 14° 24°
ter.-feira 11/04 14° 25°	qua.-feira 12/04 13° 22°	qui.-feira 13/04 13° 21°	sexta-feira 14/04 13° 24°

Post Mortem CARTOON



Desporto 27ª JORNADA DA LIGA BWIN

07 ABR 18h00 Estádio S.L. Benfica S.L. Benfica x F.C. Porto	08 ABR 20h30 Estádio Mun. Braga S.C. Braga x Estoril Praia	09 ABR 18h00 Estádio Nac. Jamor Casa Pia x Sporting C.P.
---	--	--

Insólito

Procuram-se 8 mil pessoas raptadas por aliens ... só que não!



© D.R.

Eno Alaric, denominação virtual na rede social Tik Tok, alertou que o mundo foi invadido por aliens este mês. O famoso "viajante do tempo" do Tik Tok, The Radiant Timetraveler, afirma ter vindo do ano de 2671 e deixa aos seus 427,5 mil seguidores algumas previsões do que se pode esperar no futuro. A mais recente previsão diz que, este mês,

mais de 8 mil humanos foram escolhidos como os salvadores da humanidade, levados por uma espécie alienígena para outro planeta habitável. O tik toker afirmou ainda que "o mundo a que chamamos terra está no início da destruição". Será esta mais uma das suas previsões erradas? Permanece a questão

Editorial

O debate da imigração que se devia fazer

O Partido CHEGA marcou a agenda parlamentar desta semana, com o debate sobre a imigração e segurança. O que se pretendia obter eram respostas da parte do Ministro da Administração Interna (MAI), José Luís Carneiro, não apenas em relação ao bárbaro assassinato executado na semana passada por um refugiado afegão, no centro Ismaelita em Lisboa, mas também sobre o processo de análise e acompanhamento dos cidadãos que pedem asilo como refugiados, assim como o controlo das nossas fronteiras. As respostas do MAI às questões colocadas por André Ventura, foram vagas, líricas, autênticas manobras de diversão, que desfocou o debate do seu essencial para vender a ideia de que segundo o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), Portugal é um dos países mais seguros do mundo e, quem o contradizer é incauto, mentiroso ou um perigoso extremista. O facto é que o RASI apresenta os números que o Governo da República deseja. Aliás, este relatório já foi fortemente criticado por quem está todos os dias no terreno (as forças de segurança), que revelam dados assustadores, não só no tipo de criminalidade, como nos riscos reais para a segurança do país.

As autoridades numa tentativa de 'ocultação' afastaram logo o ato como terrorista, tratando-o como um surto psicótico. Na sua larga maioria, a imprensa estrangeira noticiou este episódio, classificando-o como um ato terrorista. Durante esta semana, investigações da imprensa nacional davam conta de que as próprias autoridades gregas investigavam a morte da esposa de Abdul Bashir, podendo este já estar ligado à mesma. Pela imprensa também se soube que os Talibans tinham contactado a família de Bashir, alvitrando-se a hipótese de este ter contactos com o Estado Islâmico. A estas e outras perguntas, o ministro José Luís Carneiro simplesmente não respondeu, porque não tem respostas ou porque as mesmas são reflexo desta falta de controlo de quem pede asilo, estatuto de refugiado ou simplesmente vem para Portugal trabalhar. Este tipo de práticas irresponsáveis, perpetradas pelo Governo da República, são uma enorme ameaça a Portugal, como a todo o espaço Schengen. Portugal precisa de imigrantes, precisa de manter os mecanismos de solidariedade internacional, nomeadamente no asilo a refugiados, mas com peso e medida e, acima de tudo, mantendo um controlo apertado, com especial ênfase para refugiados provenientes de estados falhados, fustigados pela guerra e pelo fundamentalismo religioso.

por **Nuno Valente**
Diretor do
Folha Nacional



Capture o código QR e acompanhe online >



N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA. NUMA PREMISSE DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO. SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGIR-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDAMENTAIS DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTES NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÃ.

DIRETOR NUNO VALENTE DIRETORA ADJUNTA PATRÍCIA DE CARVALHO SUB DIRETOR RICARDO DIAS PINTO EDITOR BERNARDO PESSANHA EMAIL GERAL@FOLHANACIONAL.PT TELEFONE (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) +351 21 396 12 44 MORADA DA REDAÇÃO (SEDE NACIONAL DO PARTIDO CHEGA) RUA MIGUEL LÚPI, N.º 12, 1200-725 LISBOA SÍTIO OFICIAL FOLHANACIONAL.PT TIRAGEM SEMANAL 5 000 UNIDADES